

ANTONIO GASPARETTO JÚNIOR
JÚLIO CÂNDIDO DE MEIRELLES JÚNIOR
(ORGANIZADORES)



DIÁLOGO E DEBATES SOBRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Atena
Editora

Ano 2020

ANTONIO GASPARETTO JÚNIOR
JÚLIO CÂNDIDO DE MEIRELLES JÚNIOR
(ORGANIZADORES)



DIÁLOGO E DEBATES
SOBRE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA NO BRASIL

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D536 Diálogo e debates sobre administração pública no Brasil [recurso eletrônico] / Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Júlio Cândido de Meirelles Júnior. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-23-2
 DOI 10.22533/at.ed.232200303

1. Administração pública. 2. Gestão da qualidade total.
 I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Meirelles Júnior, Júlio Cândido de.

CDD 352.357

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As pesquisas no campo da Administração Pública se encontram em franco crescimento no Brasil. Isso porque, nos últimos anos, tem sido feito um grande esforço nacional para a qualificação do quadro funcional atuante na gestão do Estado brasileiro nas mais variadas instâncias administrativas.

O aprimoramento do pessoal da administração pública é uma urgência para potencialização dos serviços prestados pelo Estado, gerando, assim, melhores e mais eficientes resultados para o país. Pensando nisso, o MEC criou o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) com um curso de bacharelado e especializações em nível de pós-graduação *Lato Sensu* (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde) para aprimorar a formação dos servidores públicos.

Para estruturação desse grande projeto, o MEC contou com a colaboração da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), de outros Ministérios e de instituições públicas de ensino superior, que desenvolveram um grande programa para ser aplicado no território nacional, atendendo a demandas regionais. Com a gradativa ampliação da oferta de vagas em cursos de graduação e de pós-graduação, os resultados começaram a aparecer seja no aprimoramento do quadro de pessoal, seja nos conhecimentos produzidos acerca do funcionamento da administração pública no Brasil. Pode-se destacar como um importante reflexo dessa empreitada a organização da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP), fundada em 2013 durante o I Encontro Brasileiro de Administração Pública (EBAP). Desde então, a SBAP busca promover e valorizar o conhecimento técnico e científico na área congregando pesquisadores e pesquisadoras que se dedicam ao tema. Trabalhando para construir uma representatividade institucional nos âmbitos nacional e internacional, a SBAP mantém uma regularidade na realização de eventos.

Neste sentido, o livro ***Diálogo e Debates sobre Administração Pública no Brasil*** pretende ser mais uma contribuição para os conhecimentos produzidos acerca da administração pública no país. O leitor terá acesso a nove trabalhos realizados por pesquisadores e pesquisadoras das mais variadas instituições e com as mais diversas qualificações.

Os primeiros capítulos são dedicados a refletir sobre aspectos da responsabilidade fiscal. Mariana de Oliveira Santos (UNIFSA) e Geraldo Simião Nepomuceno Filho (UNIFSA) tratam da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal imposta aos gastos com pessoal em municípios do Piauí. Bruno D'Assis Rocha (UFRRJ), Antonio Gasparetto Júnior (USP) e Júlio Cândido de Meirelles Júnior (UFF) analisam a *accountability* em fundações de apoio do Rio de Janeiro. Luiz Lustosa Vieira (Ministério do Planejamento), Ilka Massue Sabino Kawashita (Ministério do Planejamento), José Antônio de Aguiar Neto (Ministério do Planejamento) e Carlos Henrique Azevedo Moreira (UFRJ) abordam fundamentos econômicos das transferências voluntárias

intergovernamentais entre os estados federados e sua importância para assegurar a autonomia financeira dos entes subnacionais. Por meio da tecnologia, analisam a gestão dos recursos da União.

Os quarto e quinto capítulos do livro refletem sobre aspectos da gestão. Primeiro, Danielle Lisboa da Motta de Almeida (UFRRJ) e Jorge Alberto Velloso Saldanha (UFRRJ) discorrem sobre a evolução da gestão centrada no cidadão no Brasil, à luz de conceitos da área de marketing. Já Sergio Paulo Carvalho de Souza (INCA) e Cláudia Henschel de Lima (UFF) apontam tensões relacionadas à regulação assistencial em Saúde.

Os capítulos seis e sete são dedicados a reflexões sobre Institutos Federais de Educação no Rio Grande do Sul. Daniela Pegoraro (UFSM) e Kelmara Mendes Vieira (UFSM) analisam a transparência no Instituto Federal do Rio Grande do Sul sob a óptica dos *Stakeholders*. Por sua vez, João Pedro Pereira dos Santos (IF-Farroupilha) e Nelson Guilherme Machado Pinto (UFSM) apresentam um comparativo entre as eficiências dos *campi* do Instituto Federal Farroupilha.

Por fim, a obra se encerra com dois trabalhos que utilizam técnicas bibliométricas para apontar o estado da produção acadêmica em dois aspectos específicos da administração pública. Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino (UVA), Clayton Robson Moreira da Silva (IFPI), Joelma Leite Castelo (UECE), Viviane da Silva Sousa (UVA) e Sabrina Sousa Moraes (UVA) avaliam, primeiro, a produção acadêmica sobre o controle interno no setor público. Depois, o panorama da produção científica nacional acerca da auditoria governamental.

Em suma, a obra apresentada é uma constatação ao leitor das inúmeras possibilidades de pesquisas no campo da Administração Pública, apresentando resultados de investigações que são notadamente importantes para o conhecimento da sociedade. Ademais, é de suma importância a contribuição para o debate científico e fundamentado na área, especialmente em momento em que se discute o trâmite de uma nova reforma administrativa no Brasil. Assim, a divulgação científica é um importante aparato para embasar argumentos que sejam qualificados e que contribuam positivamente para o debate, participando da construção de uma sociedade mais justa e consciente.

Antonio Gasparetto Júnior
Júlio Cândido de Meirelles Júnior

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APLICAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL IMPOSTA AOS GASTOS COM PESSOAL: UM ESTUDO DE CASO DE 03 MUNICIPIOS PIAUIENSES, NOS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2017	
Mariana de Oliveira Santos Geraldo Simião Nepomuceno Filho	
DOI 10.22533/at.ed.2322003031	
CAPÍTULO 2	15
ACCOUNTABILITY E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DAS FUNDAÇÕES DE APOIO DO ESTADO DO RIO JANEIRO	
Bruno D'Assis Rocha Antonio Gasparetto Júnior Júlio Cândido de Meirelles Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.2322003032	
CAPÍTULO 3	28
PLATAFORMA TECNOLÓGICA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DOS RECURSOS DA UNIÃO	
Luiz Lustosa Vieira Ilka Massue Sabino Kawashita José Antônio de Aguiar Neto Carlos Henrique Azevedo Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2322003033	
CAPÍTULO 4	41
A EVOLUÇÃO BRASILEIRA DE UMA GESTÃO CENTRADA NO CIDADÃO: SOB O PRISMA DE CONCEITOS DA ÁREA DE MARKETING	
Danielle Lisboa da Motta de Almeida Jorge Alberto Velloso Saldanha	
DOI 10.22533/at.ed.2322003034	
CAPÍTULO 5	56
TENSÕES RELACIONADAS À REGULAÇÃO ASSISTENCIAL EM SAÚDE	
Sergio Paulo Carvalho de Souza Cláudia Henschel de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2322003035	
CAPÍTULO 6	70
TRANSPARÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE SOB A ÓPTICA DOS DIFERENTES <i>STAKEHOLDERS</i>	
Daniela Pegoraro Kelmara Mendes Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.2322003036	
CAPÍTULO 7	84
ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS: UM COMPARATIVO ENTRE AS EFICIÊNCIAS DOS <i>CAMPI</i> DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	
João Pedro Pereira dos Santos Nelson Guilherme Machado Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.2322003037	

CAPÍTULO 8	105
PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE CONTROLE INTERNO NO SETOR PÚBLICO	
Sabrina Sousa Moraes	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
Joelma Leite Castelo	
Viviane da Silva Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.2322003038	
CAPÍTULO 9	124
AUDITORIA GOVERNAMENTAL NO BRASIL: O PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL	
Viviane da Silva Sousa	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
Joelma Leite Castelo	
Sabrina Sousa Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.2322003039	
SOBRE OS ORGANIZADORES	143
ÍNDICE REMISSIVO	144

TRANSPARÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE SOB A ÓPTICA DOS DIFERENTES *STAKEHOLDERS*

Data de aceite: 20/02/2020
Data da submissão: 05/12/ 2019.

Daniela Pegoraro

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria – RS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5662717907250450>

Kelmara Mendes Vieira

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria – RS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4786960732238120>

RESUMO: O objetivo deste estudo foi analisar a percepção de transparência no Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Sul (IFRS), a partir das diferentes partes interessadas. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa. Para tanto foram aplicados 1.070 questionários, analisados através de estatística descritiva, análise fatorial exploratória, testes de diferença de média e análise de regressão. Os principais resultados revelam que a maioria associa a transparência do IFRS a resultados positivos como confiança e responsabilidade, o que denota que os níveis de transparência apresentam elevado grau de satisfação, atingindo um alto grau de maturidade. Em síntese, os diferentes *stakeholders* indicaram uma percepção satisfatória com a transparência do IFRS, entretanto algumas ações ainda

podem ser planejadas e executadas com vistas a ampliar e melhorar algumas ações de transparência com vistas ao alcance de níveis de excelência, comparativamente a outras instituições federais de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Transparência Pública. Percepção. Instituição de Ensino Superior. Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

TRANSPARENCY IN THE RIO GRANDE DO SUL FEDERAL INSTITUTE: AN ANALYSIS UNDER THE OPTICS OF DIFFERENT *STAKEHOLDERS*

ABSTRACT: The objective of this study was to analyze the perception of transparency in the Federal Institute of Education of Rio Grande do Sul (IFRS), from the different stakeholders. This is a descriptive research with a quantitative approach. To this end, 1,070 questionnaires were applied, analyzed through descriptive statistics, exploratory factor analysis, mean difference tests and regression analysis. The main results show that most associate IFRS transparency with positive results such as trust and responsibility, which indicates that the levels of transparency have a high degree of satisfaction, reaching a high degree of maturity. In summary, the different stakeholders indicated a satisfactory perception of IFRS transparency, however some actions can still be planned and

implemented with a view to expanding and improving some transparency actions in order to reach excellence levels, compared to other federal institutions teaching.

KEYWORDS: Public Transparency. Perception. Higher Education Institutions. Federal Institute of Rio Grande do Sul.

1 | INTRODUÇÃO

A temática transparência na gestão pública vem ganhando destaque nos últimos anos, sendo o acesso à informação reconhecido por importantes organismos da comunidade internacional como um direito humano fundamental (CGU, 2013). Além disso, envolve um conjunto de processos que combinam relacionamentos entre opacidade e publicidade, segredo e notícias, Estado e *stakeholders*, claro, escuro, centralismo, burocracia, liberdades individuais e coletivas, e isonomia que demonstram como o poder público é concebido e implantado. Esse processo fortalece a transparência como política pública, fazendo parte das demandas e respostas da sociedade moderna.

Nesse contexto, o Estado apresentou avanços significativos na busca pela transparência pública, através da implementação de diversas leis e normativas, entre as quais merecem destaque a Lei Complementar nº 131/2009, a Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527/2011, e o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 (BRASIL, 2000, 2009, 2011, 2016).

Em vista disso, as organizações públicas estão desenvolvendo e implantando critérios de mensuração de informações, disponibilizadas em portais eletrônicos, que levem em consideração parâmetros de análise que estejam determinados pela legislação, devido ao fato que os dados públicos devem ser acessíveis a sociedade. Contudo, as informações públicas divulgadas, poderão ter repercussão na sociedade, caso esta dispuser de meios para interpretá-la e, por consequência participar das ações governamentais. A participação dos *stakeholders* pauta-se na perspectiva de que possam desempenhar funções importantes, relacionadas a soberania do indivíduo sobre si mesmo, da aceitação das decisões coletivas e principalmente de sentimento de pertencimento a sociedade.

Dessa forma, é preciso considerar o relevante papel social das instituições de ensino, as quais são parte do setor público. Essas, detêm a missão de geração e disseminação do conhecimento, e sua vocação é vista como um potencial gerador de transformações sociais (OLIVEIRA *et al.*, 2013). Pois, mais do que garantir o atendimento das normas legais, as iniciativas de transparência nessas instituições, constituem igualmente uma política de gestão responsável que favorece o exercício da cidadania pela população. Potencialmente, a atitude poderá servir de estímulo aos estudantes, professores e demais servidores, contribuindo no hábito de solicitar esclarecimentos às entidades governamentais (PLATT NETO, 2017).

Essa pesquisa busca conhecer a percepção de transparência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), sob a ótica dos diferentes *stakeholders*. O estudo nasceu da necessidade interna de afirmação do processo das democracias modernas, e para cultivar e profissionalizar os instrumentos e práticas de transparência da instituição. Também está associado às tecnologias de comunicação e pretende o aumento na transparência e maior agilidade na prestação de serviços de disponibilização de informações, estreitando a relação entre a instituição e as partes interessadas.

Cruz *et al.* (2015) discorre que há poucos estudos dedicados a analisar a transparência do governo local e raras pesquisas científicas propondo melhorias de gestão desse quesito. Desse modo, a relevância desse estudo está em contribuir, também como um subsídio a gestão da instituição como motivação para a criação de uma melhor estrutura, que possibilite atingir um degrau maior de eficiência na transparência institucional.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A transparência e o acesso à informação pública estão previstos como direitos do cidadão e deveres do Estado na Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988) e em outras legislações, a qual estabeleceu o acesso à informação um direito fundamental, reforçando a publicidade como princípio imprescindível para uma nova administração pública, além de difundir canais de participação dos cidadãos nos processos decisórios das ações governamentais.

Entre os diversos instrumentos considerados marco na história da Administração Pública brasileira: a Lei Complementar n.º 131/2009 foi um imperativo na criação de páginas eletrônicas de transparência, em todos entes da federação, com intenção de divulgar e disseminar informações sobre a execução orçamentária e financeira das ações governamentais, possibilitando uma gestão mais democrática dos recursos públicos. Ainda estabeleceu que os entes da federação devam aplicar soluções tecnológicas que visem melhores condições para o compartilhamento de informações que observem, preferencialmente, os padrões de interoperabilidade do Governo Eletrônico (e-Gov). A Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) foi inserida no cenário brasileiro, estabelecendo a divulgação e transparência nas ações governamentais. Com o advento dessa lei, o Brasil deu um importante passo em relação à criação de mecanismos de divulgação e de garantia a sociedade quanto a disponibilização de dados e informações da gestão governamental, além do fomento à transparência e a promoção da *accountability*, provocando um ciclo de mudanças na relação entre o cidadão e gestor público, no que se refere à transparência.

Já a política de dados abertos foi estabelecida pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Trata-se de uma política que consiste em colocar os dados administrados pelas instituições públicas à livre disposição de

qualquer usuário, sem nenhum tipo de restrição e em formatos que permitam sua reutilização com qualquer finalidade.

Acerca disso a transparência tem evoluído nos últimos anos, da simples divulgação de dados para uma cobrança de atitudes proativas dos agentes que representam o Estado, ao fornecer informações, com qualidade e quantidade, que estimulem a democracia (MATIAS-PEREIRA, 2010). Nesse sentido, a gestão pública toma como prática ações voltadas para liderança, integridade, compromisso, responsabilidade de prestar contas, integração e transparência.

Assim, a transparência refere-se à medida em que uma instituição revela informações sobre seus processos decisórios, procedimentos, funcionamento e desempenho. Em termos gerais, pode se referir a um conjunto de práticas organizacionais que promovam a boa governança e processos (CHRISTENSEN e CHENEY, 2015). Essas práticas garantem a promoção dos direitos da sociedade, fortalecem a democracia, ampliam o exercício da cidadania, ajudam a promover o controle social, inibem a corrupção e geram melhorias na gestão pública (MARSHALL, 1967). Ainda, mostra-se como fundamental para o controle e participação da sociedade nos caminhos da coletividade (JAHNS e RAUPP, 2016).

Nesse entendimento, a conceituação de transparência como mero “acesso à informação” falha em considerar as necessidades e preocupações de direcionar o desejo do público de ter acesso a essas informações. As partes interessadas precisam mais do que apenas maiores quantidades de informação; eles precisam de informações mais úteis e inteligíveis (HOLLAND *et al.*, 2018). Em suma, a informação deve estar disponível a qualquer tempo, sendo que um governo transparente não se limita apenas em disponibilizar informações relacionadas a sua gestão, mas também a deixar disponíveis informações de gestão anteriores a sua, para que as partes interessadas tenham a possibilidade de traçar um paralelo que lhes permita acompanhar a evolução da máquina pública (SANTOS, 2017).

Nesse sentido, a transparência pode não ser atingida tão somente com a divulgação das informações, haja vista que transparência não se dá somente disponibilizando informação, mas, principalmente, fazendo com que a informação divulgada seja compreensível (ARAÚJO, CAPPELLI e LEITE, 2010). Assim, para existir de fato a transparência efetiva se faz necessário que os receptores das informações tenham a capacidade de processá-las, compreendê-las e usá-las (JAHNS e RAUPP, 2016).

Segundo Shambaugh e Shen (2018), a transparência efetiva diminui assimetrias de informação, aumenta a previsibilidade e a credibilidade da política, melhora a eficácia e reforça a confiança das partes interessadas, por isso a importância de medir o nível de transparência em vez de tratá-lo dicotomicamente. Os níveis de transparência apresentam uma hierarquia classificada em degraus de acessibilidade, usabilidade, informativo, entendimento e auditabilidade, porém não é necessário o cumprimento de todas as características de uma determinada hierarquia para passar para o próximo

degrau, como outros modelos de estrutura hierárquica (ARAÚJO, CAPPELLI e LEITE, 2010).

Níveis	Denominações hierárquicas
DEGRAU 1 – Acessibilidade	A transparência é realizada através da capacidade de acesso do cidadão, sendo identificada por meio da aferição de práticas que efetivem características de portabilidade, disponibilidade e publicidade na instituição.
DEGRAU 2 – Usabilidade	A transparência é realizada através das facilidades de uso. Essa capacidade é identificada por intermédio da aferição de práticas que perfaçam características de uniformidade, simplicidade, operacionalidade, intuitividade, desempenho, adaptabilidade e amigabilidade na instituição.
DEGRAU 3 – Informativo	A transparência é realizada através da qualidade da informação, sendo identificada na aferição de práticas que evidenciem características de clareza, completeza, correteza, atualidade, comparabilidade, consistência, integralidade e acuarria na instituição.
DEGRAU 4 – Entendimento	A transparência é realizada através do entendimento. Ela é identificada por meio de práticas que possuam características de concisão, compositividade, divisibilidade, detalhamento e dependência na instituição.
DEGRAU 5 – Auditabilidade	A transparência é realizada através da auditabilidade, sendo identificada pela realização de características de validade, controlabilidade, verificabilidade, rastreabilidade e explicação na instituição.

O Quadro 1: sintetiza as denominações hierárquicas dos degraus, relacionados com a transparência.

Fonte: Adaptado Araújo, Cappelli e Leite, (2010).

Cada um dos graus de transparência pode ser estabelecido através da institucionalização das práticas, de modo que a instituição pública possa atingir gradativamente o mais alto grau de maturidade. Porém, esta estrutura não preconiza a necessidade de alcance completo de todas as características de um determinado grau para que se possa passar para um próximo (ARAÚJO, CAPPELLI e LEITE, 2010).

3 | MÉTODO

A pesquisa se desenvolveu no Instituto Federal do Rio Grande do Sul e abrangeu os campi de Bento Gonçalves, Ibirubá, Feliz, Restinga (Porto Alegre) e Reitoria. A população alvo do presente estudo compreende docentes, discentes e técnicos administrativos em educação. Para calcular o processo de amostragem considerou-se um erro amostral de 3%, com 95% de confiança e uma população finita de 4068 *stakeholders*, que representam o total de participantes das unidades escolhidas. Sendo assim, a amostra mínima a ser investigada seria de 847 *stakeholders*.

O questionário contemplou questões abertas e fechadas, sendo que na parte inicial estão contidos dados de identificação e na segunda parte questões específicas sobre o tema, divididas em dois blocos. O primeiro centrado na percepção de transparência, e o segundo na percepção da resposta recebida. Para definir os fatores determinantes na percepção de transparência foi utilizada a Análise Fatorial Exploratória. Neste estudo, foi utilizado o método das componentes principais para a estimação das cargas fatoriais. Para definir o número de fatores, conforme

recomenda Hair *et al.* (2009), foi utilizado o critério de autovalores superiores a um, e para rotação o método varimax normalizado. Para avaliar a confiabilidade dos fatores gerados a partir da Análise Fatorial, utilizou-se o Alpha de *Cronbach*. Após a análise da consistência dos fatores, os mesmos foram gerados para as análises seguintes a partir da média das variáveis com altas cargas fatoriais em cada fator. Para avaliar diferenças de percepção segundo o sexo, escolaridade, renda, partidos políticos e trabalho voluntário foi aplicado um teste t de diferença de médias. Para determinar se o teste t deveria ser para amostras homocedásticas ou heterocedásticas, aplicou-se o teste de igualdade de variâncias. Para variáveis com mais de dois grupos foi aplicada a análise de variância. Finalmente, utilizou-se a análise de regressão para identificar a influência dos fatores na percepção de transparência. Para verificar os pressupostos de normalidade, autocorrelação, multicolineariedade e homocedasticidade do modelo de regressão utilizou os testes de Kolmogorov-Smirnov (KS), Durbin Watson (DW), fator de inflação (FIV) e Pesarán–Pesarán, respectivamente.

4 | RESULTADO E DISCUSSÕES

A amostra final foi composta por 1.070 *stakeholders*. Ao analisar o perfil dos respondentes, percebe-se que a maioria é do sexo feminino (52,1%) e solteiros (74,8%). Quanto à idade, mais da metade dos respondentes tem até 20 anos (51,5%) e menos de um quinto possui mais que 65 anos de idade, o que demonstra que grande parte dos *stakeholders* são mais novos.

Ao serem questionados quanto à renda própria, nota-se que 18,8% percebem entre R\$ 1.175,16 e R\$ 2.350,30, e apenas um oitavo ganham mais de R\$ 17.627,25. Além disso, uma parcela expressiva da amostra (41,9%) não possui renda própria, justificada principalmente pelos discentes que ainda são dependentes financeiros de seus pais e/ou familiares.

No que tange a escolaridade, a maior frequência intitula-se com um nível de escolaridade de curso técnico (68,7%), seguido dos intitulados de graduação (17,4%), e apenas 2,6% possuem doutorado. Constatou-se ainda que 27,9% pertence à área de formação engenharia/tecnologia, seguido de 23,4% de ciências agrárias, 13,3% linguística, letras e artes e apenas 1,1% atuam na área da saúde. Após o conhecimento do perfil dos *stakeholders*, investigou-se sobre a participação em atividades ligadas ao IFRS, participação em trabalhos voluntário, relação com partidos políticos, conhecimento sobre a LAI, e a relevância da transparência no IFRS.

Quando a participação em atividades ligadas ao IFRS, os maiores percentuais foram nas alternativas: razoavelmente participante (40,6%), pouco participante (25,9%), bastante participante (19,5%). Apenas 6,9% demonstraram-se muitíssimo participante e 7,1% pouquíssimo participante.

Quanto à participação em trabalho voluntário, 65,9% relatou que não participam, 24,4 % participa esporadicamente e 9,7% participam ativamente. Esse pequeno

percentual pode ser ratificado por ser semelhante ao divulgado por Oliveira e Pinto (2010) que afirmam que apenas 10% da população brasileira realiza algum trabalho voluntário. Além disso, o engajamento partidário é pouco frequente entre jovens pois, a maioria (70,6%) não são filiados, nem simpatizantes de qualquer partido político, e apenas 3,6% é filiado a um partido.

Foram abordadas também questões sobre o conhecimento da LAI, e verificou-se que grande parte não conhece (55,2%), apenas 0,8% conhece a Lei completamente. Quanto à relevância da transparência 1,7% acredita ser irrelevante, enquanto 40,7% relatou ser extremamente relevante. Observa-se assim, que a grande maioria da amostra não conhece a LAI, não são filiados a partidos políticos e tampouco participantes em trabalhos voluntários, mas são razoavelmente participantes em atividades ligadas ao IFRS e consideram muito relevante as questões relacionadas à transparência da instituição.

A análise fatorial exploratória foi realizada com o intuito de verificar a consistência interna e adequação ao referencial teórico dos construtos impactos da transparência, nível de transparência e participação social, sendo os resultados finais apresentados na Tabela 1.

Variável	Carga	Variância	Cronbach's Alpha		
Impactos na transparência					
A transparência do IFRS contribui para aumentar a responsabilidade social.	,814				
A transparência das ações do IFRS é importante na comunicação com a sociedade.	,813				
A transparência do IFRS fortalece as políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão.	,780	26,52%	0,854		
A transparência do IFRS influencia positivamente a missão, visão e valores da instituição.	,742				
A transparência das ações do IFRS impacta na organização da instituição.	,699				
Nível de transparência					
Os Concursos Públicos do IFRS são transparentes.	,761				
Os programas de mobilidade estudantil do IFRS são transparentes.	,757				
Os Processos Seletivos Discentes do IFRS são transparentes.	,743	24,21%	0,817		
A distribuição de cargos de direção, função do IFRS, são transparentes.	,688				
Os critérios de distribuição de recursos da assistência estudantil são transparentes.	,683				
Participação social					
Os cidadãos sabem tudo o que o IFRS faz.	,851	12,69%	0,656		
Todo cidadão tem acesso completo às informações sobre o IFRS.	,825				

Tabela 1: Fatores da transparência: Impactos na transparência, nível de transparência e participação social.

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Destaca-se que todos os fatores apresentam cargas fatoriais satisfatórias, já que de acordo com Hair *et al.* (2009) as cargas fatoriais superiores a 0,30 são significativas, mantendo-se assim, todas as variáveis do estudo.

O fator impacto da transparência, o que mais contribui para a explicação da

variância, busca analisar o impacto da transparência em diferentes aspectos da universidade, incluindo deste sua missão e objetivos, sua responsabilidade social comunicação, organização e políticas. O segundo fator, nível de transparência, com cinco questões, é dedicado à avaliação da percepção de transparência nos diferentes contextos universitários. E, o fator participação social analisa como o cidadão percebe a transparência tanto em termos de acesso como de conhecimento.

A fim de analisar se existe diferença de média em cada fator criado considerando-se as variáveis socioeconômicas e demográficas foram realizados os testes *t* (nas variáveis com dois grupos, como sexo, estado civil e partidos políticos) e a análise da variância (ANOVA) (nas variáveis com mais de dois grupos, como o vínculo, área de formação, nível de escolaridade e renda). A Tabela 2 e 3 apresentam os resultados.

Variável	Fatores	Variáveis	N	Média	Desvio padrão	F	Sig	<i>t</i>	Sig. (2-tailed)
Sexo	Impactos da transparência.	Masculino	417	4,17	0,81	13,310	0,00	-5,842	0,000
		Feminino	478	4,47	0,70				
	Nível de transparência.	Masculino	324	3,59	0,89	1,358	0,244	-3,157	0,002
		Feminino	342	3,81	0,92				
	Participação social.	Masculino	474	2,83	1,09	0,608	0,436	1,014	0,311
		Feminino	512	2,76	1,11				
Estado Civil	Impactos da transparência.	Solteiro/Viúvo/ Separado/Divorciado	691	4,28	0,78	2,940	0,087	-3,267	0,001
		Casado ou União Estável	205	4,48	0,71				
	Nível de transparência.	Solteiro/Viúvo/ Separado/Divorciado	519	3,67	0,89	2,891	0,090	-2,048	0,41
		Casado ou União Estável	147	3,84	0,98				
	Participação social.	Solteiro/Viúvo/ Separado/Divorciado	762	2,81	1,10	0,020	0,887	0,632	0,528
		Casado ou União Estável	225	2,75	1,10				
Partidos Políticos	Impactos da transparência.	Não é filiado	34	4,40	0,80	2,940	0,087	-3,267	0,564
		É simpatizante ou é filiado	862	4,32	0,77				
	Nível de transparência.	Não é filiado	22	3,75	0,82	2,891	0,090	-2,048	0,829
		É simpatizante ou é filiado	644	3,71	0,92				
	Participação social.	Não é filiado	35	2,95	1,02	0,020	0,887	0,632	0,385
		É simpatizante ou é filiado	952	2,79	1,10				

Tabela 2: Valor e significância do teste *t* para variável sexo, estado civil e partidos políticos em relação aos fatores.

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

O sexo feminino (média 4,47) apresentam um maior índice de percepção sobre os impactos da transparência comparativamente ao masculino (média 4,17). De forma similar, o sexo feminino (média 3,81) supera o masculino (média 3,59), no fator nível de transparência. Nos dois fatores percebe-se que a média do sexo feminino é maior que a do masculino, ou seja, os resultados indicam que os homens estão menos satisfeitos com essas dimensões. Pode-se identificar ainda a existência de diferença estatisticamente significativa entre ser casados/união estável (média 4,48)

e solteiros/viúvos/separados/divorciados (média 4,28), na percepção de impacto da transparência. Por fim, cabe destacar ainda a variável partidos políticos não apresentou diferença estatisticamente significativa nos fatores. Logo, pode-se afirmar que a filiação ou simpatia por partidos políticos não afetou o resultado médio da percepção dos *stakeholders* no que se refere aos fatores criados.

Grupos	Impactos da transparência		Nível de transparência		Participação social	
	F	Sig	F	Sig	F	Sig
Vínculo	18.583	.000*	4.280	.017*	0.194	.823
Área de Formação	2.820	.007*	2.501	.015*	2.599	0.12
Nível de Escolaridade	7.434	.000*	1.122	.345	.486	.746
Renda	5.530	.000*	3.864	.003*	4.393	.000*

Tabela 3 – Valor e significância da ANOVA para o grupo vínculo, área de formação, nível de escolaridade, renda em relação aos fatores.

* os asteriscos representam os grupos com diferenças significativas de médias, segundo o teste.

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Os resultados evidenciam que a satisfação da percepção dos discentes (média 4,27) é menor que a dos docentes (média 4,69) e dos TAES (média, 4,57), ainda que a satisfação média dos docentes prevaleça sobre os TAES. Logo, o vínculo parece afetar positivamente o nível de percepção dos *stakeholders* sobre o fator, ou seja, os servidores têm um maior nível de concordância com as afirmações. Em relação ao fator níveis de transparência, os docentes (média 4,19) apresentam uma satisfação média maior que os TAES (média 3,75) e discentes (3,68).

Em relação a área de formação, existem diferenças de médias significativas nos dois fatores: impactos da transparência e níveis de transparência. No fator impactos da transparência, em comparação com a área de formação os *stakeholders* com formação em ciências exatas e da terra possuem uma percepção de satisfação superior aos demais grupos. No que tange o fator níveis de transparência, apesar de apresentarem indiferença em relação ao índice de satisfação, percebe-se que os com formação em linguística apresentam uma maior satisfação de percepção do que os das ciências agrárias, ou seja, consideram melhor o nível de transparência da instituição.

Para o nível de escolaridade, foi possível identificar diferenças significativas no construto impactos da transparência, em que os *stakeholders* doutores apresentaram maior satisfação (média 4,64), seguidos pelos especializados (média 4,58) e graduados (média 4,45). Igualmente para o nível de transparência, os doutores estão mais satisfeitos (média 4,06), enquanto os mestres (média 3,86), graduados (média 3,77). Especificamente os impactos da transparência apresentam níveis de concordância melhores que os níveis de transparência.

Por fim, o grupo renda apresentou diferenças significativas nos três fatores.

Para o fator impactos de transparência, é possível verificar que os *stakeholders* que possuem renda na faixa entre R\$ 2.350,31 à R\$ 3.525,45 (média 4,49), R\$ 3.525,46 à R\$ 5.875,75 (média 4,54), e acima de R\$ 11.751,50 (média, 4,49) apresentam resultados mais satisfatórios em relação aos que não possuem renda (média 4,17). E, no que diz respeito ao nível de transparência a faixa acima de R\$ 11.751,50 (média 4,24), demonstra maior concordância em relação àqueles que: não possuem renda (média, 3,58), e aos que apresentam renda até R\$ 1.175,15 (média 3,79), R\$ 1.175,16 à R\$ 2.350,30 (média 3,87), R\$ 2.350,31 a R\$ 3.525,45 (3,86), R\$ 3.525,46 a R\$ 5.875,75 (3,61) e R\$ 5.875,76 a R\$ 11.751,50 (média 3,59).

Por sua vez, na participação social, nota-se que a satisfação é maior em relação a renda entre R\$ 2.350,31 a R\$ 3.525,45 (média 3,15). A faixa de renda que apresenta menor participação social foram os que declaram renda entre R\$ 5.875,76 à R\$ 11.751,50 (média 2,56). Nesse sentido, os *stakeholders* com maior renda são os que apresentam indiferença em relação a participação social.

Com o intuito de verificar a influência dos fatores e das variáveis, realizou-se uma regressão linear múltipla. Para a estimação do modelo de regressão linear, utilizou-se a estimação por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e método *Stepwise*. Na primeira tentativa de estimação, observou-se que os erros eram heterocedásticos. Para resolver este problema utilizou-se a técnica *White Heteroskedasticity-Consistent Standart Erros & Covariance*, a qual corrige os erros-padrões e covariâncias, tornando-os robustos e consistentes com o pressuposto de não-heterocedasticidade. O modelo estimado é descrito na Tabela 4.

Variáveis	Coefficientes não padronizados	Erro padrão *	Valores de Teste Wald Chi-Square	Sig	VIF
Impactos da transparência	0,378	0,0738	26,211	0,000	1,329
Nível de transparência	0,689	0,0599	132,463	0,000	1,474
Participação social	0,237	0,0399	48,068	0,000	1,212
Dummy sexo	0,004	0,0885	0,002	0,967	1,053
Dummy escolaridade	0,049	0,1011	0,239	0,625	1,239
Dummy renda	0,042	0,0951	0,195	0,659	1,280
Dummy partido político	-0,225	0,2456	0,837	0,360	1,024
Dummy trabalho voluntário	-0,078	0,0925	0,714	0,398	1,017

Tabela 4 – Resultados da regressão múltipla por Mínimos Quadrados Ordinários pelo método *Stepwise*, estimada para a percepção de transparência.

*Erros estimados por *White Heteroskedasticity-Consistent Standart Erros & Covariance*.

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

O nível de transparência apresentou o maior coeficiente, indicando sua importância para a satisfação dos *stakeholders*. Isso se deve ao acesso, usabilidade, qualidade de conteúdo, entendimento e auditoria aos/dos processos que tratam de

informações, permitindo aos *stakeholders*, o uso irrestrito para responder de forma efetiva na satisfação das necessidades coletivas (McGARRY, 1999; CAPPELLI, 2009; HEINEN, 2014). A influência positiva/satisfatória do nível de transparência também é identificada por vários autores (SANTANA JUNIOR *et al*, 2009; TINOCO *et al*, 2011; CRUZ *et al.*, 2012; ; HALKOS e TEREZEMES, 2014; CAMPAGNONI *et al.* 2016; OXELHEIM, 2019).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos autores demonstraram a importância do conceito de transparência, na qual foi promovido na literatura de gestão pública como sendo ético e responsável por construir reputações positivas e experiências com as partes interessadas. No entanto, a percepção da transparência raramente é testada empiricamente. Destaca-se que este trabalho teve como objetivo geral analisar a percepção da transparência no IFRS, a partir das diferentes partes interessadas. Os resultados iniciais demonstraram o nível de interesse dos *stakeholders* em relação as informações disponibilizadas pelo IFRS, em que se observou-se que a maioria tem interesse, mas nunca procurou. Tal resultado pode estar atrelado a falta de conhecimento sobre a LAI. Ainda, pode estar também vinculado ao acesso aos sítios públicos, pois muitas vezes, esses portais são pouco acessados pelos *stakeholders* que se encontram apáticos com aspectos como a percepção de corrupção (HOLLAND, 2018).

Os resultados da estatística descritiva dos construtos indicam que quanto ao impacto e níveis da transparência identifica-se altos níveis de satisfação. De forma geral, a maioria associa a transparência do IFRS a resultados positivos como confiança e responsabilidade. Entretanto a participação social apresenta níveis medianos de satisfação. Dada a elaboração do instrumento pela própria autora, cabe destacar ainda que a análise fatorial permitiu concluir que, no geral, as escalas se mostraram consistentes e em consonância com o referencial teórico do tema.

Ainda, analisou-se a influência dos aspectos socioeconômicos e demográficos sobre os fatores tendo como base a ANOVA e o teste *t*. Considerando o grupo vínculo, parece afetar positivamente o nível de percepção dos *stakeholders* sobre os impactos da transparência, ou seja, os servidores têm um maior nível de concordância com as afirmações. Em relação aos níveis de transparência, os docentes estão mais satisfeitos enquanto os TAES e discentes são indiferentes. Quanto ao grupo área de formação percebe-se que os *stakeholders* com formação em ciências exatas e da terra possuem uma satisfação superior aos demais, considerando os impactos de transparência. Além disso, os formados em linguística, artes e letras comparados com as demais áreas concordam com o nível de transparência do IFRS, apesar de apresentarem atitude medianas em relação ao fator.

Outrossim, o grupo nível de escolaridade, denota que doutores, especializados e mestres concordam com os impactos da transparência, já quanto ao nível de

transparência os *stakeholders* apresentam uma percepção de satisfação mediana. Destaca-se o grupo renda, na qual percebe-se os que recebem entre R\$ 2.350,31 à R\$ 5.875,75 e os que declaram acima de R\$ 11.751,50 apresentam resultados mais satisfatórios quanto aos impactos da transparência. No que diz respeito ao fator participação social parece que os *stakeholders* com maior renda são indiferentes a participação social.

Enfim, aplicou-se a técnica multivariada da regressão e pode-se concluir que os seguintes aspectos influenciam de forma positiva na percepção da transparência para a amostra estudada: impactos da transparência, nível de transparência e participação social. Constata-se nesse estudo que a transparência do IFRS atende diversas demandas, por razões de competitividade, confiança dos *stakeholders*, por razões regulatórias, em atendimento a leis, por razões sociais, atendendo às aspirações da democracia e da vida em sociedade, formada por cidadãos cada vez mais conscientes e participativos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M.; CAPPELLI, C. A.; LEITE, J. C. S. P. A importância de um Modelo de Estágios para avaliar Transparência. **Revista TCMRJ**, set., n. 45, p. 97, 2010. Disponível em: < <http://www-di.inf.puc-rio.br/~julio/RevTCMRJ45.pdf>> . Acesso em: 10 de dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.755** de 16 de novembro de 1998. Dispõe sobre a criação de homepage na Internet, pelo tribunal de Contas da União, para a divulgação dos dados e informações que especifica, e das outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 dez. 1998. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9755-16-dezembro-1998-371770-norma-pl.html>> . Acesso em: 10 dez. 2019.

CAMPAGNONI, M.; CARVALHO, R. D.; LYRIO, M. V. L.; LUNKES, R. J.; ROSA, F. S. Transparência no Poder Legislativo Municipal: uma Análise dos Portais Eletrônicos das Câmaras de Vereadores das Capitais Brasileiras. **Revista Gestão Organizacional**, v. 9, n. 1, p. 21-42, 2016. Disponível em: < <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/2934>> . Acesso em: 12 de out. 2019.

CAPPELLI, C. **Uma Abordagem para Transparência em Processos Organizacionais Utilizando Aspectos**. 2009. 328p. 2009. Tese de Doutorado—Departamento de Informática, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www-di.inf.puc-rio.br/~julio/tese-cappelli.pdf>> . Acesso em: 12 de out. 2019.

CHRISTENSEN, L. T., CHENEY, G. **Peering into transparency**: Challenging ideals, proxies, and organizational practices. *Communication Theory*, 2015. Disponível em: <<https://research.cbs.dk/en/publications/peering-into-transparency-challenging-ideals-proxies-and-organiza>>. Acesso em: 18 de jun. 2019.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. S.; SILVA, L. M.; MACEDO, M. A. S. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-176, 2012. Disponível: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7080>> . Acesso em: 14 de fev. 2019.

HAIR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HALKOS, G. E., TZEREMES, N. G. **Measuring the effect of Kyoto protocol agreement on countries' environmental efficiency in CO2 emissions**. *Journal of Productivity Analysis*, 2014, p.

367-382. Disponível: < <https://ideas.repec.org/a/kap/jproda/v41y2014i3p367-382.html>>. Acesso em: 14 de fev. 2019.

HEINEN, Juliano. Comentários à Lei de Acesso à Informação. Lei 12.527/2011. Belo Horizonte: Fórum, 2014, p. 14. Disponível: < <http://loja.editoraforum.com.br/image/catalog/pdf/COMENT%C3%81RIOS%20%C3%80%20LEI%20DE%20ACESSO%20%C3%80%20INFORMA%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 14 de fev. 2019.

HOLLAND, D. *et al.* Transparency tested: The influence of message features on public perceptions of organizational transparency. **Public Relations Review**, 2018. Disponível: <https://www.researchgate.net/publication/321909478_Transparency_tested_The_influence_of_message_features_on_public_perceptions_of_organizational_transparency>. Acesso em: 14 de fev. 2019.

JAHNS, F. T.; RAUPP, F. M. **Transparência do Poder Executivo dos Estados Brasileiros**. Revista Universo Contábil, v. 12, n. 3, p. 65-72, 2016. Disponível: < <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/5324>> . Acesso em: 13 de fev. 2019.

MATIAS-PEREIRA, J. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 109-134, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4015/2246>>. Acesso em: 13 de fev. 2019.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Disponível em: < <https://adm.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/18/2014/10/Marshall-Cidadania-Classe-Social-e-Status1.pdf>>. Acesso em: 13 de fev. 2019.

McGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1999.

PLATT NETO, O. A. **Contabilidade Pública: atualizada e focada. 17. ed. (rev. e atual.)**. Florianópolis: Edição do autor, 2017.

SANTANA JÚNIOR, J. J. B.; LIBONATI, J. J.; VASCONCELOS, M. T. C.; SLOMSKI, V. **Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 3, n. 3, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/repec/article/view/101>> . Acesso em: 10 de dez. 2019.

SHAMBAUGH, G. E.; SHEN, E. B. A clear advantage: The benefits of transparency to crisis recovery. **European Journal of Political Economy**, 2018. Disponível: < https://www.researchgate.net/publication/323894806_A_clear_advantage_The_benefits_of_transparency_to_crisis_recovery>. Acesso em: 10 de dez. 2019.

OLIVEIRA JÚNIOR, T. M.; JORDÃO, C. S.; CASTRO JUNIOR, J. L. P. **Transparência, monitoramento e avaliação de programas no Brasil: em busca de opacidades que podem restringir o exercício do controle social**. Revista do Serviço Público, v. 65, n. 1, p. 25-47, 2014. Acesso em: < <https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/420>>. Acesso em: 13 de fev. 2019.

SANTOS, M. dos. **Transparência na gestão pública Municipal nos Municípios que integram o Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões/RS**. 2017 Acesso em: < <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/8082>>. Acesso em: 13 de fev. 2019.

TINOCO, J. E. P.; ESCUDER, S. A. L.; YOSHITAKE, M. **O conselho fiscal e a governança corporativa: transparência e gestão de conflitos**. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 8, n. 16, p. 175-202, 2011. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/35434/o-conselho-fiscal-e-a-governanca-corporativa--transparencia-e-gestao-de-conflitos>>. Acesso em: 13 de fev. 2019.

OXELHEIM, L. Optimal vs satisfactory transparency: The impact of global macroeconomic fluctuations

on corporate competitiveness. **International Business Review**, v. 28, n. 1, p. 190-206, 2019.
Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0969593118301343>. Acesso em: 28 de fev. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem Quantitativa 70

Accountability 4, 15, 16, 17, 19, 20, 24, 26, 66, 72, 125, 132, 133, 134, 139

Administração Pública 2, 3, 5, 10, 15, 16, 19, 31, 32, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 81, 82, 102, 108, 112, 113, 115, 116, 119, 121, 122, 123, 125, 127, 131, 133, 134, 137, 141, 143

Análise de Desempenho 87

Análise Envoltória de Dados 84, 91, 93, 102

Assistência 18, 21, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 67, 69

C

Cidadão 14, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 63, 72, 77

Confiança 18, 23, 70, 73, 74, 80, 81

Contabilidade 7, 13, 14, 15, 17, 19, 22, 26, 27, 82, 101, 103, 105, 106, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 121, 122, 124, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 137, 138, 140, 141, 142, 143

Contas Públicas 1, 2, 3, 5, 6

D

Desenvolvimento socioeconômico 84

E

Eficiência 13, 42, 66, 72, 84, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 114, 125

Ensino 1, 19, 20, 21, 22, 27, 58, 60, 61, 67, 68, 70, 71, 84, 86, 87, 92, 95, 96, 100, 101, 104, 113, 119, 121, 124, 133, 138, 140, 141, 143

Estado 1, 3, 7, 8, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 42, 43, 53, 57, 58, 60, 61, 65, 69, 71, 72, 73, 77, 85, 86, 87, 88, 91, 102, 106, 113, 114, 120, 143

Evolução 9, 41, 45, 52, 68, 73, 85, 96, 98, 112, 120, 122

Excelência 28, 29, 42, 43, 44, 49, 55, 70, 112, 113, 119

F

Fundações de Apoio 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 113

G

Gasto com dinheiro público 8

Gestão 1, 3, 4, 5, 6, 9, 13, 14, 21, 23, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 80, 81, 82, 85, 86, 90, 91, 92, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 115, 116, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133, 137, 138, 140, 141, 142, 143

Gestão do Conhecimento 28

Gestão Pública 3, 14, 28, 40, 42, 43, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 57, 64, 65, 71, 73, 80, 81, 82, 85,

103, 105, 106, 108, 112, 115, 116, 121, 122, 124, 125, 127, 131, 132, 133, 137, 138, 141
Governança 26, 28, 32, 39, 40, 44, 66, 73, 82, 103, 106, 107, 109, 122, 125, 127, 131, 142
Governo Federal 4, 7, 31, 41, 48, 49, 51, 53, 72, 87

I

INCA 22, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 69
Informação Contábil 15, 17
Instituto Federal 15, 22, 70, 72, 74, 84, 86, 87, 102, 105, 124, 143

L

Lei 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 23, 29, 30, 40, 44, 71, 72, 76, 81, 82, 92, 93,
101, 110, 112, 113, 119, 128, 140

M

Marketing 41, 42, 43, 52, 53, 54, 55
Município 1, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 69, 112

P

Percepção 18, 45, 51, 57, 59, 62, 70, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 90, 112, 113, 126, 133, 136
Piauí 1, 2, 105, 124
Políticas Públicas 31, 35, 39, 41, 42, 53, 55, 85, 86, 87, 88, 103, 108, 143
Prestação de Contas 15, 16, 17, 19, 26, 31, 38, 106, 107, 127, 132
Público 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 16, 18, 21, 22, 24, 26, 27, 29, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49,
50, 51, 52, 53, 54, 58, 62, 63, 64, 67, 71, 72, 73, 82, 85, 87, 90, 92, 100, 102, 105, 106, 107, 108,
109, 111, 112, 114, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141

R

Recursos 2, 3, 4, 6, 7, 8, 18, 19, 28, 29, 31, 32, 35, 39, 40, 42, 45, 46, 52, 53, 57, 63, 65, 72,
86, 89, 90, 91, 93, 107, 108, 125, 126, 127
Regulação 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69
Repasse 28, 30, 31, 32
Responsabilidade Fiscal 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 40
Rio de Janeiro 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 41, 56, 58, 60, 68, 69, 81, 82, 102,
104, 109, 119, 122, 136, 137, 143
Rio Grande do Sul 70, 71, 72, 74, 84, 85, 86, 87, 92, 93, 103, 109

S

Satisfação 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 70, 78, 79, 80, 81
Saúde 18, 20, 21, 22, 38, 45, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 75, 85, 86, 89,
102, 132, 133
Sistemas de Informação 28, 141
Software 46, 47, 84, 85, 103
Stakeholders 24, 70, 71, 72, 74, 75, 78, 79, 80, 81
SUS 56, 62, 63, 68, 133, 142

T

Tensão 60, 63, 66

Terceiro Setor 15, 17, 18, 19, 23, 24, 26, 27

Transferência 29, 32, 33, 35

Transparência 1, 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 23, 25, 26, 32, 39, 40, 63, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 127, 134, 138, 141, 142

U

União 8, 9, 13, 18, 19, 28, 30, 31, 32, 33, 39, 40, 48, 49, 54, 55, 77, 81, 102, 108, 109, 123, 132, 138, 141, 142

 **Atena**
Editora

2 0 2 0